

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41031	53981/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 12/02/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40672	2019/500.10.301/142	Processo de migração
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto:

Local da obra: Rua Francisco Machado Owen Nº:168 Trás Braga (São Vítor) Braga, Braga Portugal

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, somos a propor que seja determinada a reposição da legalidade urbanística no local em apreço, nos termos do *artigo 102.º A do RJUE*, na sua redação atual, conforme parecer técnico da DAT de 9/09/2025, devendo o proprietário do prédio em apreço, ser notificado, nos seguintes termos:

- Considerando a recente alteração ao RJUE, foi feita nova análise do presente caso, pelo que é reiniciado novo procedimento de fiscalização nos termos do artigo 102.º do RJUE na sua redação atual.

Nesse sentido, com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do *n.º 1, do artigo 102.º A do RJUE*, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar:

i) a legalização da alteração de utilização do espaço em causa, originalmente destinado a armazém para habitação, bem como a ampliação do edifício, concretizadas sem o devido controlo prévio, em conformidade com a informação técnica dos Serviços de Urbanismo de 9/09/2025, cuja cópia segue sob "Anexo" **ou, em alternativa:**

ii) a execução de trabalhos de correção da desconformidade verificada.



Assim, dispõe V. Exa do prazo de 15 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os *artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA)*, na sua redação atual.

Findo o prazo, sem que V. Exa se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo a partir daí o prazo de **90 dias úteis para proceder voluntariamente a uma das ações acima identificadas.**

Caso assim não proceda, este Município ponderará, posteriormente, entre:

- a) Se possível, a legalização oficiosa com taxas especialmente agravadas e exigir o respetivo pagamento ao seu proprietário, de acordo com o *n.º 8 do artigo 102.º A do RJUE, na sua atual redação*;
- b) A cessação de utilização coerciva nos termos da al. g), do n.2, do artigo 102.º e artigos 107.º e 108.º e 109.º do RJUE, na sua redação atual;
- b) A demolição das obras coercivamente, nos termos da al. e) do n.2 do artigo 102.º e artigos 106.º, 107.º e 108.º do RJUE, na sua redação atual e a realização de trabalhos de correção nos termos da al. c) do n.2 do artigo 102 e artigos 105.º, 107.º e 108.º do mesmo diploma legal.

- Deverá ser dado conhecimento de tal diligência a todos os interessados.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

